

‘Custo Brasil’ desafia governo e empresas

■ Sem uma medição exata, a expressão é usada para incluir tudo o que torna a produção brasileira menos eficiente e mais cara.

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — O *Custo Brasil*, expressão que nos últimos três meses tornou-se chavão em todos os discursos de autoridades, economistas e empresários, é desconhecido no País. Embora haja consenso com relação aos principais itens que oneram a produção e formam esse custo, nenhuma entidade de classe empresarial ou órgão da administração pública tem um levantamento destes custos e dos impactos financeiros que eles provocam na economia, retirando competitividade das empresas brasileiras.

A ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dorothea Werneck, afirma que o mapeamento destes custos será a lição de casa de cada ministro, e sua redução terá prioridade absoluta, já que o programa de estabilização impede a volta de incentivos cambiais e subsídios fiscais. “Precisamos reduzir custos e aumentar a produtividade, para competirmos internacionalmente”. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também destacou esta tarefa como prioritária neste ano, segundo José Guilherme, vice-chefe do Departamento de Economia da entidade. “Vamos fazer levantamentos de campo para subsidiarmos esta discussão”, comentou.

Por *Custo Brasil*, os economistas entendem todos aqueles gastos que só existem no país, e que acabam tornando o produto ou serviço bra-

sileiro mais caro que o similar oferecido por concorrentes no exterior. O secretário de Indústria do MIC, Antônio Sérgio Mello, acha que o principal item do custo Brasil já está sendo atacado desde julho do ano passado. “A principal ineficiência da estrutura do país era a instabilidade econômica, e é contra ela que devemos continuar centrando esforços”. O segundo item a ser combatido, em sua opinião, é a sobrecarga tributária, que será atacada com a reforma tributária.

Mello assinala que não adianta uma empresa se modernizar, ganhar eficiência, reduzir custos, obter certificação de garantia de qualidade, se todas estas vantagens são neutralizadas em seguida pela tributação excessiva, frete caro e ineficiente ou custos portuários abusivos.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Marcus Vinicius Pratini de Moraes, também escolhe a carga tributária como alvo. “Pagamos impostos em cascata que não incidem sobre os produtos de nossos concorrentes. Só o PIS e a Cofins tornam nosso produto mais caro entre 6% e 13%”. Ele explica que o produto final é isento da tributação, mas os insumos adquiridos para fabricá-lo são tributados. Quanto mais intermediários houver, maior o impacto final do imposto sobre o produto final.

Brasília — Arnildo Schulz



Dorothea: ‘redução do gasto adicional e inútil será tarefa prioritária’